

Música mecânica nos oitocentos no Brasil – o realejo e seus espaços de performance a partir de fontes hemerográficas

Mechanical music in the 19th century in Brazil - barrel organ and its performance spaces from hemerographic sources

MARTHA TUPINAMBÁ DE ULHÔA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
mulhoa@unirio.br

Resumo: Levantamento exaustivo e cronológico dos registros sobre o realejo no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858; 1860-1878), bem como em outros periódicos durante a década de 1830, com o objetivo de documentar a recepção e significado do instrumento mecânico na metrópole imperial. Inicialmente uma novidade tecnológica em exibição em espaços públicos logo se espalha por casas, igrejas e ruas, chegando a substituir a música ao vivo em funções religiosas e profanas. No final dos oitocentos há um declínio de menções ao instrumento e o termo realejo passa a ser usado de forma metafórica, como discurso repetitivo.

Palavras-chave: realejo; metáfora; pesquisa em periódicos; século XIX; cilindros.

Abstract: Comprehensive and chronological survey of the barrel organ records in the *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858; 1860-1878), as well as in other journals during the 1830s, to document the reception and significance of the mechanical instrument in the Imperial Metropolis. Initially a technological novelty on display in public spaces soon spreads through houses, churches, and streets, even replacing live music in religious and profane functions. At the end of the nineteenth century, there was a decline in mentions of the instrument and the term barrel organ began to be used metaphorically, as a repetitive discourse.

Keywords: barrel organ; metaphor; research in journals; XIX century; cylinders.

Como brilhante se acha estes dias
A Rua d’Ouvidor! *Confeitarias*
Armadas todas de festões mimosos,
Que agradam tanto aos olhos curiosos,
[...] No princípio se avista um *Cosmorama*
Em que um mau realejo a todos chama
[Paula Brito], *A Mulher do Simplício*, 1837.

Entre a miríade de temas sobre música possíveis de desenvolver a partir de indícios garimpados nos jornais oitocentistas brasileiros encontram-se os instrumentos mecânicos, como caixinhas de música e realejos, que em conexão com aparelhos óticos, como cosmoramas ou lanternas mágicas e teatrinhos de bonecos são algumas das muitas novidades colocadas em exposição pública no Rio de Janeiro imperial.

Em outros textos já comentei sobre a recepção e transmissão audível de uma das músicas tocadas repetidamente na década de 1830. Trata-se da “Maria Caxuxa”, mencionada numa nota no *Diário do Rio de Janeiro* de 30 mar. 1836, em conexão com o Cosmorama da Rua da Vala (atual Uruguaiana). Uma das novidades exibidas no local eram figuras mecânicas, que se movimentariam no “compasso” da melodia da caxuxa e do miudinho, outra dança de sucesso nos palcos da época. Na ocasião, respaldando-se numa informação divulgada no livro de Ayres de Andrade (1967) sobre a música e os músicos em atividade no Rio de Janeiro (entre 1808 e 1865), foi formulada a hipótese de que a trilha sonora das figuras pudesse ser realizada por instrumentos mecânicos externos ao mecanismo de movimentação das peças, tais como o realejo.¹

Na presente investida, proporcionada pela abertura da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (HDB-BN), encontrei uma menção ao realejo relacionado com a exibição de cosmoramas, em data anterior. É o recorte que abre este artigo, extraído do periódico humorístico *A mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada* de 1837. Aí são descritos em versos o comércio da rua do Ouvidor, que tem no seu início um cosmorama.² Ao leitor interessado, recomenda-se buscar o texto da internet, para uma descrição do movimento intenso da rua, onde se pode comprar todas as novidades parisienses, entre bijuterias, vestidos e chapéus. Paula Brito, o editor de *A mulher do Simplício*, com sua verve crítica, ironicamente se refere às exibições do cosmorama de vistas (desenhos) com cenas já mostradas “mais de vezes cem”, do Vesúvio incendiado, de “mil tropas se batendo”, da morte dos conspiradores pela tentativa de

¹ Uma primeira versão sobre a cachucha (dança da qual deriva a canção portuguesa, maria caxuxa) foi publicada em inglês e português em coautoria com Luiz Costa-Lima Neto. Estudos adicionais foram conduzidos em relação à transmissão oral e escrita da cachucha, bem como no refinamento da hipótese sobre sua transmissão audível, pela comprovação da existência de caixas de música anteriores à década de 1830, quando se tem notícia da versão portuguesa da cachucha sendo tocada nas ruas do Rio de Janeiro, até encontrar o caminho das notas da melodia da primeira parte do lundu “La no largo da Sé”. (Ver Ulhôa e Costa-Lima Neto, 2013, 2015; Ulhôa, 2020).

² Rio de Janeiro, n. 55, p. 9, 5 mar. 1837. <http://memoria.bn.br/DocReader/702153/79>

assassinato do rei da França em 1835, além de incidentes anteriores da revolução francesa e de imagens da figura de Napoleão Bonaparte.

À porta do estabelecimento, um “mau realejo” com “tom desafinado” chama os transeuntes para ver mais uma vez a exibição do aparelho ótico. O que interessa destacar aqui é que o cosmorama com a trilha sonora do realejo, mesmo que em mau estado de conservação e desafinado, já se apresentara mais de cem vezes na principal rua de comércio no Rio de Janeiro, ou seja, era uma performance feita com frequência.³

Tendo confirmado a ligação razoavelmente frequente do realejo ao cosmorama, restava fazer um levantamento mais extensivo sobre ele, não somente para continuar procurando indícios que pudessem respaldar, de forma mais sólida, a existência da transmissão audível de música mecânica anterior às máquinas falantes do final do século XIX, como também para ter uma noção melhor sobre a presença do instrumento no Brasil. Que tipo de realejo, quem o manejava, seu preço, seus locais de performance, enfim, sua recepção e seu significado histórico, são os temas discutidos a seguir.⁴

Uma consulta à HDB-BN aponta as primeiras menções ao realejo na primeira década dos oitocentos, com seis registros: dois avisos na *Gazeta do Rio de Janeiro*, três avisos na *Idade D'Ouro do Brazil* (BA) e um no *Correio Braziliense: Ou Armazém Literário*, sendo este último sobre o porto de Realejo, na Venezuela. Na década seguinte (1820-1829), entre os sete periódicos que citam o realejo na HDB-BN, destaca-se o *Diário do Rio de Janeiro* com um total de 27 registros, 24 dos quais relacionados à compra ou venda de realejos, dois mencionando escravizados vistos com realejos, além de um anúncio buscando por “um Sr. nacional, ou estrangeiro para consertar um realejo grande de cinco cilindros”. Na década de 1830, são 337 ocorrências ao realejo, as mais numerosas na ordem: 1-*Diário do Rio de Janeiro* (103); 2- *Jornal do Commercio* (97), 3- *Diário de Pernambuco* (63) e 4 – *Correio Mercantil* (20).⁵ Depois disso, o número de ocorrências

³ Francisco de Paula Brito (1809-1861), uma importante figura na vida intelectual do Rio de Janeiro em meados do século XIX parecia fascinado pelo cosmorama, uma vez que deu o nome de “Marmota”, ou variantes a vários periódicos editados por ele. Marmota é um termo relacionado com o animal roedor que na Europa era usado para chamar a atenção para cosmoramas ou lanternas mágicas.

⁴ Versões parciais com os resultados da pesquisa sobre realejos foram apresentados nos seguintes congressos: 1- IASPM-US 2019 Conference - Musical Cities: Music, Historiography and Myth, March 7-10, New Orleans (“Rio de Janeiro’s street music in mid-19th century”); 2- IV Congresso ARLAC/IMS, PUC-Argentina, Buenos Aires, 5-9 nov. 2019 (“Música mecânica nos oitocentos no Brasil – o realejo e seus espaços de performance a partir de fontes hemerográficas”); 3 - XXIX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 26-30 ago. 2019, Pelotas (“Música de entretenimento no Rio de Janeiro oitocentista”). Trechos desse artigo foram publicados nos anais do evento, disponível em: <https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/29anppom/29CongrAnppom/paper/viewFile/5617/2145>.

⁵ O *Diário do Rio de Janeiro* (DRJ), fundado em 1821, foi o primeiro periódico informativo a circular no Brasil. Funcionava por assinaturas e publicava gratuitamente anúncios ou notícias particulares, inclusive sobre divertimentos e espetáculos públicos. Durante a primeira década de existência foi praticamente apolítico. Esta tendência se modificou na década seguinte, tomando o partido da facção restauradora (favorável à restauração do império português). A facção contrária era de liberais exaltados, favoráveis à abdicação de D. Pedro, o que ele fez em 7 de abril de 1831. O grupo moderado se colocava a favor da gestão regencial. O *Jornal do Commercio* (JdC), por sua longevidade (1827-2013) sem dúvida uma das mais importantes fontes de pesquisa no Brasil, começou como um concorrente para o DRJ, no segmento comercial, com os temas políticos em segundo plano. Criado por Pierre Plancher, no entanto, no final da página quatro, a Tipografia responsável pelo Jornal sai em nome de Emile-Seignot

aumenta gradualmente, tendo seu pico no século XIX na década de 1880 (Tabela 1). Diante desse número grande de eventos, decidiu-se por fazer a consulta exaustiva e cronológica em apenas um periódico, o *Diário do Rio de Janeiro* (DRJ), sendo as 377 ocorrências (sem repetições óbvias de anúncios) registradas no banco de dados [Música em periódicos oitocentistas](#), no âmbito do [Projeto Vestígios sonoros em acervos hemerográficos digitais – transmissão audível no século XIX](#). No intuito de ter uma visão também horizontal sobre o realejo em outros periódicos brasileiros, foram também consultados todos os 337 registros da década de 1830.⁶

Década	Ocorrências	DRJ	Nº de periódicos
1810-19	6		21
1820-29	42	27	129
1830-39	337	103	364
1840-49	609	109	380
1850-59	596	48	444
1860-69	711	40	616
1870-79	1.743	50	967
1880-89	2.681		1.576
1890-99	2.396		1.346
Totais	9.121	377	5.843

Tabela 1 – Ocorrência do termo "realejo" em periódicos oitocentistas
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional

Assim, este estudo sobre o realejo toma como base empírica 377 ocorrências do termo no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858; 1860-1878), bem como ocorrências complementares nos periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* (RJ), *Idade D'Ouro do Brazil* (BA), *Diário de Pernambuco* (PE), *Correio Mercantil* (BA), *Correio das Modas* (RJ), *Jornal do Commercio* (RJ), *O Mercantil* (RJ e não MG, como aparece na Hemeroteca), além de *A Mulher do Simplício ou A Fluminense exaltada* (RJ), em diálogo com a bibliografia existente. Os textos a serem comentados ao longo deste artigo incluem José Ramos Tinhorão (2005[1976]) e Martha Abreu (1996; 1999) sobre o realejo no Rio de Janeiro; além de estudos sobre a restrição ao instrumento mecânico conduzidos por John Picker (1999), Peter Szendy (2008 [2001]) e Samuel Llano (2017) em Londres, Paris e Madrid, respectivamente.

Plancher, filho daquele e, segundo Bruno Brasil em artigo sobre o periódico para a Biblioteca Nacional, então com 16 anos. O nome de Emile-Seignot aparece impresso no jornal em vez do de seu pai, Pierre, para demonstrar ser o JdC um empreendimento diferente do primeiro periódico de Plancher (*O Espectador Brasileiro*), muito comprometido politicamente. (BRASIL, Bruno. *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro). *Biblioteca Nacional Digital*. Publicado em 17 ago. 2015. <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>). A ênfase na parte comercial, além de certa preocupação com os reflexos da política nas questões comerciais, segundo Brasil, dando "atenção aos principais percalços da política no Brasil, de forma neutra, para em seguida fixar suas teses e posicionamentos, sempre em viés conservador" foi, provavelmente, uma das causas da sobrevivência do JdC por tanto tempo.

⁶ A série completa na HDB-BN apresenta 23.379 ocorrências do termo realejo em dois séculos de produção registrada (décadas de 1810 a 2010). O pico da ocorrência da série ocorre na década de 1910, com 3021 ocorrências. Nas décadas posteriores até o início do século XXI há um decréscimo gradual de menções ao instrumento.

Descrição do realejo

Uma das primeiras menções ao realejo nos periódicos brasileiros aparece num aviso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de maio de 1818 sobre uma peça para exibição ao público, contendo relógio, um grande realejo e uma máquina de figuras manobradas ao “compasso” de música. Algumas das figuras dançam, enquanto outras trabalham em seus respectivos ofícios ou passeiam. Também há menção a um esquadrão de cavalaria.

José Joaquim Lopes faz sciente ao publico, ter chegado proxivamente de terras estrangeiras, com uma peça de grande gosto, na qual apresenta varias figuras: esta peça tem relógio de sala e hum realejo, com hum grande maquina de figuras, as quæes manobráo debaixo de compasso de musica, e cada huma em suas occupaões, humas trabalhando em seus officios, e outras contradançando, outras passeando em boa armonia de musica, e hum esquadrão de Cavallaria. Os Senhores, que a quizerem ver, ou ser espectadores deste bom divertimento, dirijão-se ao principio da ladeira de João Homem, á esquerda, por cima da caza de pasto, sendo a sua entrada por cada pessoa 240 réis; e tambem obriga-se seu dono a hir ás cazas particulares.

Figura 1 - AVISOS. *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 42, p. 4, 17 maio. 1818.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional⁷

É difícil de saber a que tipo de realejo se refere o aviso de jornal. Seria um único mecanismo integrado (“uma peça de grande gosto”) por um mecanismo de relógio? Aparentemente é o caso desta curiosidade para exibição. A linguagem nos textos oitocentistas às vezes é um pouco dúbia, como no anúncio publicado no *Jornal do Commercio* (JdC), que dá a entender que relógio, danças e soldados “trabalham todos quando toca o realejo” (JdC, n. 223, p. 4, 6 out. 1837). Uma possibilidade é o relógio ter um mecanismo de corda e o realejo outra? Difícil de saber...

Há um público consumidor do realejo no Rio de Janeiro, pois cinco meses depois do aviso sobre a “peça de grande gosto” a *Gazeta do Rio de Janeiro* anuncia a oferta de venda “por atacado e miúdo” de guitarras, órgãos e realejos pequenos (AVISOS, *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 81, p. 6, 01 out. 1818). Este interesse pelo realejo aparece também no segundo periódico a ser publicado no Brasil, o *Idade D’Ouro do Brazil*, de Salvador, BA, em dois avisos sobre a oferta de um realejo, um em 1812, com “zabumba, triângulo e mais instrumentos musicais” e outro, em 1817, com “trinta toques”. Depois disso, os anúncios para venda de realejos indicam sua procedência (ingleses ou franceses) e o número de cilindros com cada realejo (na maioria das vezes três), cada cilindro tendo em média seis a oito peças de música.

De acordo com o artigo escrito por Lyndesay Langwill e Arthur Ord-Hume para o Grove [2001]⁸, o realejo é um tipo de órgão mecânico portátil, funcionando por meio de uma manivela (c) que aciona simultaneamente o fole (d) e um cilindro dentado (a) munido de pinos e grampos de metal que abrem as válvulas dos tubos (n) para produzir as diferentes notas (Figura 2).

⁷ <http://memoria.bn.br/docreader/749664/5001>.

⁸ Foi consultada a versão online do Grove [2001], mas a ilustração na figura 2 foi retirada da edição de 1900, de domínio público.

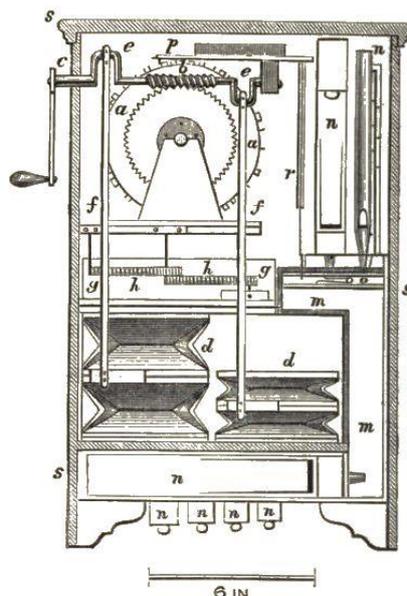


Figura 2 – Mecanismo do realejo (Grove [1900])

Fonte: <https://archive.org/details/dictionaryofmusi01grovuoft>, Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26074335>.

A imagem mais antiga de um realejo no Brasil disponível na Hemeroteca (Figura 3) é de autoria de Ângelo Agostini para o Semanário humorístico *Cabrião* de 1867 (edição fac-similar da UNESP de 2000). A legenda da figura comenta com ironia a proibição do tráfego de carros de boi com eixo móvel, aqueles que ao girarem produzem um som característico ao qual os animais ficam acostumados. Diante do impasse com a dificuldade em conduzir os bois com o auxílio do chiado usual, os carreiros “resolveram” então substituí-lo pelo som do realejo, “mais harmonioso”, “inofensivo”, “legal e constitucional”. O chiste parece ser relacionado ao som estridente e fanhoso do carro de boi, motivo provável da sua proibição. Se ele não podia circular pelas ruas de São Paulo, então o jeito era trazer em cena os realejos, um similar sonoro...

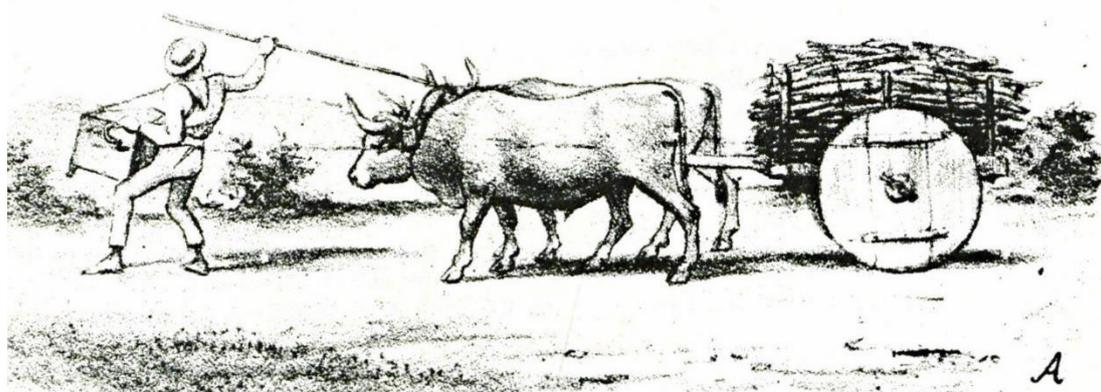


Figura 3: A [Agostini] Como os bois... *Cabrião*. São Paulo, n. 22, 3 mar. 1867

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional⁹

⁹ <http://memoria.bn.br/DocReader/451789x/242>.

Outras evidências iconográficas que podem ser encontradas na internet, são a foto de 1910 feita por Vincenzo Pastore na Praça da República em São Paulo (buscar por Grupo de pessoas ao redor de realejo, praça da República, Pastore, Vincenzo, c. 1910, custódia do Instituto Moreira Salles), bem como as imagens com realejo de cerca de 1830 disponível no Youtube, que aponta para um modelo de realejo de cilindro.¹⁰

Os realejos anunciados nos jornais brasileiros eram franceses ou ingleses,¹¹ todos de cilindros (a maioria com três, mas também com quatro, cinco e até oito cilindros).¹² Além da venda ou avisos buscando comprar ou alugar “por tempo de 8 dias” (DRJ, 23 nov. 1832, p. 2), há notícia no DRJ sobre a procura de “nacional, ou estrangeiro para consertar um realejo grande de cinco cilindros” (DRJ, 30 jan. 1828, p. 3). Entre 1834 e 1837 há informação de um certo artista de nome Maia Júnior consertando e vendendo realejos, leques, caixas de música e aparelhos náuticos na rua do Sabão, Rio de Janeiro.

Quanto custavam os realejos

O quadro 1 abaixo traz o preço de realejos, em comparação com outros bens anunciados no mesmo dia:

Fonte:	Preço de realejo	Preço de escravizados	Outras mercadorias
DRJ, n. 13, p. 1, 18 jun. 1831	Realejo com três cilindros fingindo órgão = 80.000 rs.	Mulher jovem = 360.000 rs.	Piano forte com 5 oitavas = 120.000 rs.
DRJ, n. 244, p. 3, 30 out. 1840	Realejo com cinco cilindros, em ponto grande = 100.000 rs.	Logo abaixo, homem “idoso muito forte, tem servido de servente de obra, e anda ao ganho, preço 220.000 rs.”	Casal de canários = 10.000 rs./ luvas de linha da Escócia para senhoras 480 rs.
DRJ, n. 146, p. 3, 06 jul. 1841	Realejo com cinco cilindros = 60.000 rs.	Mulher que costura, engoma, cozinha e lava = 500.000 rs.	Vinho de Bordéus, meias pipas a 40.000 rs./ Leite de Rosas, especial remédio para sardas e espinhas, 800 rs. o vidro.
JdC, n. 235, p. 6, 25 ago. 1873	Realejos com 4 a 6 peças [cilindros], a 20, 25 e 30.000 rs.	Vários anúncios para alugar, comprar e vender escravizados, nenhum com preço.	Leques de marfim para senhora, um 20.000/ Vidros brancos lapidados com água de Colônia, um 1.000 / Camisas de peito, punhos e colarinho de linho, para homens, dúzia 35.000 / Binóculos de marfim a 25.000.

Quadro 1 – comparativo de preços de bens.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

¹⁰ Ver demonstração de Mark Nobel (Melbourne, Victoria) de realejo inglês de cerca de 1830. Disponível em: <https://youtu.be/4oRm1Dx5rDI>.

¹¹ Apenas um anúncio sobre realejo construído por um “nacional”: “Pode-se ver na rua de S. José n. 77 um excelente realejo construído no país, por um artista nacional, o Sr. Carlos Cláudio Tresse. (DRJ, n. 111, p. 1, 14 jul. 1860).

¹² No *Diário de Pernambuco* aparecem também anúncios de realejos “de corda”: VENDAS. Um realejo de cordas que toca como piano, que se pode tocar sem se aprender música. *Diário de Pernambuco*, n. 206, p. 4, 23 set. 1836.

É difícil saber o preço dos realejos, pela sua diversidade em relação à quantidade de cilindros, tamanho do realejo e, provavelmente, seu estado de conservação. Como se pode ver no quadro acima, em 1831 enquanto um realejo com três cilindros fingindo órgão custava 80 mil réis, um piano forte com cinco oitavas era oferecido a 120 mil réis e uma escravizada jovem era anunciada a 360 mil réis (DRJ, n. 13, p. 1, 18 jun. 1831). Nove anos depois um realejo com cinco cilindros, em ponto grande valia 100 mil réis, enquanto um homem “idoso muito forte”, com experiência de servente de obra e como escravo de ganho, valia 220 mil réis (DRJ, n. 244, p. 3, 30 out. 1840). No ano seguinte, uma mulher acostumada a costurar, lavar e engomar, além de cozinhar valia 500 mil réis, enquanto um realejo com cinco cilindros custava 60 mil réis (DRJ, n. 146, p. 3, 06 jul. 1841). A única outra menção a preço de realejo encontrado foi no *Jornal do Commercio* (JdC), já na década de 1870. Diz respeito a um anúncio da Loja Real Barateza, na Rua do Ouvidor 49, que anuncia “Bonitos realejos com quatro a seis peças, a 20, 25 e 30 mil reis. (JdC, n. 253, p. 6, 25 ago. 1873).” Na mesma página aparecem vários anúncios de aluguel, compra e venda de escravizados, além de várias menções a escravos fugidos, nenhum com preço. Como comparação, na mesma Loja Real Barateza é anunciado um frasco de água de Colônia por um mil reis e um binóculo de marfim por 25 mil reis.

Tocadores de realejo – entre escravos de ganho e imigrantes pobres

Há evidência de um número razoável de realejos sendo colocados à venda no Rio de Janeiro. Resta saber quem os manejava. Inicialmente, é provável que tenham sido escravizados dado o horror confesso dos brasileiros por qualquer trabalho, principalmente manual, como menciona Thomas Ewbank (1856). O inglês naturalizado americano, em livro sobre viagem ao Brasil, realizada em 1845-46, menciona, a partir de suas observações no Rio de Janeiro, que centenas e centenas de famílias tinham um ou dois escravos, de cujos ganhos viviam. De fato, segundo o estudo do historiador Luiz Carlos Soares (1998), os chamados “escravos de ganho” chegavam a ser a fonte de renda principal de seus proprietários, com a venda nas ruas de seus produtos ou da sua força de trabalho.

Foram encontradas pouquíssimas referências a escravizados manejando realejos no DRJ. Entre elas destacam-se dois recortes reportando a guarda do instrumento para seu dono ter que buscá-lo pessoalmente. No primeiro há um aviso de realejo que foi deixado por um “preto de ganho” em uma casa, com a explicação de que “era tarde para se recolher à casa de seu senhor”. O anúncio informa que o instrumento seria entregue ao dono que “mostrasse ser verdade” a propriedade, talvez pela descrição do modelo e informação do repertório do(s) cilindro(s). (DRJ, n. 6, p. 4, 8 mar. 1837). O segundo registro é uma ocorrência policial sobre um escravizado preso por “insultos e infração de

postura”, tanto o “preto de nome Francisco” quanto o realejo conduzido por ele sendo detidos. O dono de ambos os “bens” está sendo convocado para retirá-los mediante multa. (DRJ, n. 247, p. 3, 11 ago. 1857).

Posteriormente, aparecem alguns registros de pedidos de licença para tocar realejo, indicando a presença de estrangeiros exercendo a atividade, apesar de, em alguns casos ser possível que tenha sido um escravizado quem “rodou a manivela”, como por exemplo, a licença para tocar realejo obtida por Margaretha Zimmer, mencionada no quadro 2.

De qualquer maneira, sejam relacionados com escravos de ganho, sejam ligados a pedidos de licença para tocar realejo, o número de registros encontrados nos periódicos é bastante reduzido, como podemos ver no quadro 2 abaixo, com a listagem dos requerimentos apresentados à Câmara Municipal que foi possível garimpar no DRJ.

[...] / O requerimento de Felipe Canton pedindo licença para andar com um realejo . – Concedeu-se contra o voto do Sr. Ezequiel. (DRJ, ed. 148, p. 2, 31 maio 1854)
O presidente participou [...] que concedera licenças [...]:Para tocar realejo a Margaretha Zimmer, [...] (DRJ, ed. 170, p. 2, 22 jun. 1854)
[...] requerimentos de Joaquim Alves Maia e outros, pedindo licença para tocarem realejo . – Concedeu-se, resolvendo-se que ficasse proibido tocá-los em vendas, public-house, botequins, e outras casas públicas ; e que se depositasse 50\$ como caução para o pagamento de 10\$ por cada infração , não podendo-se continuar com a licença sem reforçar o importe da caução. (DRJ, ed. X, p. 2, 12 maio 1857).
Caetano Antonio, pedindo licença para andar tocando realejo pelas ruas da cidade, visto ser cego e ser esse o seu único arrimo e modo de vida. – Conceda-se [...] (DRJ, ed. 253, p. 1, 15 set. 1873).
[...] foi concedida a licença pedida pelo cego Jacinto Manoel da Silva, para esmolar pelas ruas da cidade, tocando um realejo . (DRJ, ed. 133, p. 2, 20 ago. 1878).

Quadro 2: Licenças para tocar realejo publicadas no DRJ (destaque adicionado)

Fonte: HDB – BN, elaboração própria.

As informações coletadas na HDB-BN confirmam a pesquisa da historiadora Martha Abreu, que investigou sobre os realejos em conexão com a festa do Divino entre 1830 e 1900. Na sua tese de doutorado (1996), posteriormente publicada no formato de livro (1999), o realejo aparece – juntamente com cosmoramas e cavalinhos-de-pau – como um dos divertimentos de segmentos populares da cidade.¹³ Também informa no capítulo três, o que é relevante aqui, sobre algumas das “estratégias de controle” das autoridades municipais na época (Abreu 1996, 229-345).

Alguns dos dados coletados por Abreu no Arquivo Público do Rio de Janeiro, relacionados às atas da Câmara Municipal chegam a aparecer no DRJ, como mostrado no quadro 2 acima. Entre os recortes, destaca-se o de 1857, que se refere a restrições complementares feitas aos tocadores de instrumentos ou divertimentos populares, na tentativa de restringir sua atuação nas ruas.

¹³ Em referência às licenças para andar com realejo, a tese de Martha Abreu (1996) é mais detalhada que o livro. Para a indicação da documentação de dezenas de licenças encontradas pela pesquisadora nos códices da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ver notas 27 a 33 e 36 na p. 326; notas 37 a 41, p. 327.

Em 1861, após uma polêmica votação na Câmara Municipal foi liberada a autorização para o napolitano Fábio de Luise, com mais três pessoas para “tocar pelo município” (Abreu 1996, 241). O presidente da Câmara, recomenda, entretanto, que a prática das “tocatas” fosse extinta dali para a frente, invocando princípios de “moralidade”. A historiadora observa que havia, no entanto, dois pesos e duas medidas, pois as interdições aconteciam sempre que se tratasse de pessoas mais humildes – estrangeiros imigrantes pobres na sua maioria – não havendo objeção para o atendimento de solicitações quando se tratasse de grupos mais organizados, ou quando fossem provenientes de instituições ou pessoas respeitadas.

Segundo Abreu, a partir de 1889, tanto as atividades com realejos quanto a exibição de panorâmicas – telas circulares com pinturas em perspectiva – e barracas populares de cosmoramas, gradativamente, foram sendo ainda mais cerceadas. De qualquer maneira, a atividade relacionada ao realejo não parecia benquista pelas autoridades, ao ponto de o próprio Prefeito da cidade, em 1890, na época Barata Ribeiro, indeferir pedidos de licença para realejos, com a observação de que seria melhor “empregar sua atividade em trabalho mais útil a si e à sociedade do que o de tocar harmônica pelas ruas”. (citado por Abreu 1996, 319, nota 188).¹⁴

Outro autor que comenta sobre o realejo no Rio de Janeiro, dedicando a ele um capítulo do seu livro *Os sons que vêm da rua* é José Ramos Tinhorão (2005 [c. 1976] 81-91). Ele pesquisou jornais, mas se concentrando na segunda metade do século XIX. Pois, antes, “a divulgação dos vários gêneros musicais” estaria “subordinada, até então, à existência necessária de cantores ou instrumentistas” (Tinhorão 2005, 81), ou seja, aconteceria exclusivamente através da transmissão oral. No entanto, admite que o realejo, juntamente com o fonógrafo, teria contribuído para a divulgação de vários gêneros musicais.¹⁵

Tinhorão também buscou informações em livros de memorialistas que descrevem acontecimentos e atividade de suas infâncias, ou pesquisadores que, como ele, escandiram os jornais depositados na Biblioteca Nacional, a exemplo de Ayres de Andrade, mas cuja menção ao realejo seria “ocasional”, uma vez que estava convencido por suas fontes que o instrumento mecânico teria sido introduzido no Brasil por imigrantes italianos a partir da década de 1880.

Entre os memorialistas citados por Tinhorão está João do Rio (no *A alma encantadora das ruas*), o qual fala sobre um italiano, “que vivendo no Rio desde 1875 [...]

¹⁴ Em Madrid, Samuel Llano (2017) comenta sobre as mudanças de posição em relação ao realejo e seus tocadores, desde sua perseguição legal em torno dos 1880s, até sua consagração nostálgica nos 1920s. No Brasil do século XX, imagens de tocadores de realejo com papagaios tirando a sorte são abundantes na internet. Sem ter conduzido uma pesquisa sistemática, a impressão é também de certa nostalgia bucólica.

¹⁵ Entre o repertório introduzido pelo realejo, menciona “Os sinos de Corneville”, “Serenata de Schubert”, “Lucia de Lammermoor”, canções italianas, assim como cilindros perfurados no Brasil, como o tango “Bendegó”, da revista de Oscar Pernedeiras.

acabou enriquecendo graças a ‘um realejo com bonecos mecânicos’ (85). Outras fontes se referem ao realejo como “moedores” de música (86) ou moedor da “melodia de praxe” (88). Aliás, em inglês o tocador de realejo é conhecido como “organ grinder”, em referência ao rodar da manivela com que os músicos ambulantes acionam o instrumento musical. No DRJ, desde meados do século XIX, já aparecem reclamações por conta da repetição ininterrupta do realejo, coincidentemente, na rua do Ouvidor mencionada na citação que abre este artigo:

AVISO E RECLAMAÇÕES / Realejo. – Os moradores das proximidades das ruas do Ouvidor e da Quitanda continuam a queixar-se de um realejo que existe em uma casa do canto da rua do Ouvidor, que lhes atormenta constantemente os ouvidos. Pedimos, pois, à autoridade competente providências a fim de pôr termo a este abuso. (DRJ, n. 59, p. 2, 3 mar. 1858).¹⁶

Aparentemente o realejo era tocado em lojas da rua do Ouvidor como entretenimento para fregueses. Há, inclusive, uma reclamação anterior no mesmo ano (DRJ, n. 15, p. 1, 17 jan. 1858) de que os cafés cantantes, apesar de autorizados a funcionar, estavam sendo reprimidos. Para o autor da matéria, os cafés não eram diferentes de um hotel ou café qualquer, a única diferença sendo que “[...] além do consumo de bebidas, ouve-se cantar, como em algumas lojas da rua do Ouvidor ouvia-se em certo tempo tocar realejo”.

Em 1860, o DRJ publica um comentário atribuído ao escritor Garrett: “Na frase de Garret (sic) um realejo é um moinho de música, que não só moi notas, mas até a paciência dos ouvintes.” (NOTICIÁRIO. DRJ, n. 159, p. 1, 01 set. 1860). Aparentemente os leitores cariocas gostaram da expressão, pois na mesma seção de notícias, mas em 13 dez. 1860, os moradores da rua do Hospício protestam que tocadores de realejo que habitam a vizinhança os estejam impedindo de dormir por conta das “brilhaturas (sic?) daqueles moinhos de música”.

A “cacofonia” dos músicos de rua, incluídos aí os tocadores de realejo incomodava muito em várias cidades europeias, chegando até a ser responsabilizada pela precipitação da morte do ilustrador de Charles Dickens, John Leech, em 1864. John Picker (1999), em artigo comentando sobre a questão do barulho nas ruas e seu efeito negativo para profissionais com estúdios domésticos na Londres vitoriana, menciona vários episódios de desconforto em relação ao ruído urbano. Entre eles, o já mencionado caso do agravamento do problema de coração e temperamento nervoso de Leech (Picker 1999, 427); a solução para enfrentar o barulho ao construir um estúdio de paredes duplas na tentativa de ter um ambiente silencioso para escrever de Thomas Carlyle (429); a campanha contra os músicos de rua movida pelo matemático Charles Babbage (437).

¹⁶ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/45836.

O repertório dos realejos

Assim como são raros os indícios sobre os tocadores de realejo, também são escassas as informações sobre seu repertório. Os anúncios sobre o conteúdo dos cilindros disponíveis enfatizam a quantidade de “peças de bom gosto” (hinos, marchas, valsas, contradanças, aberturas [de ópera], sonatas, gavotas e variações), raramente citando uma obra em particular. Apenas quatro títulos foram encontrados entre os registros garimpados no DRJ: o “Hino Nacional”, em dezembro de 1821; o “Hino de S. M. o Imperador”, em 1830¹⁷; e as aberturas das óperas *Artaxerxe* e *Tancredo*¹⁸. Ou seja, o realejo é, sem dúvida um instrumento “mecânico”, o qual apenas importa que esteja tocando a música da moda.¹⁹ É justamente a presença das “árias populares”, mais adequadas para o teatro, sendo tocadas na igreja, o que incomoda ao crítico de *O Mercantil* na matéria transcrita por Ayres de Andrade (1967), já mencionada.

O pesquisador pioneiro, muito interessado em ópera não presta muita atenção ao realejo, mas ao uso de música profana nas igrejas. A matéria inicial de *O Mercantil*, intitulada “Música Religiosa”, com o subtítulo “Os organistas no Brasil”, além da menção à invasão da música dos teatros poluindo os templos de oração, traz um trecho em que aparece o realejo. São comentados no livro de Andrade tanto trechos sobre a música popular (polca, valsa, contradança, lundum, modinha), quanto partes sobre música teatral (árias, sinfonias [aberturas de ópera]). Posteriormente, Tinhorão (2005, c1976), Zamith (2011) e Bittencourt-Sampaio (2018, 2ª edição) reproduzem trechos citados por Andrade. Exceto por Tinhorão, os outros dois não fazem referência ao realejo. Bittencourt-Sampaio privilegia na referência a crítica ao uso de música profana nas igrejas. Zamith comenta sobre a circulação de repertório, mencionando que os temas de ópera e opereta de sucesso eram arranjados para quadrilhas, algumas delas tendo várias

¹⁷ O Hino Nacional, em 1821, pode estar fazendo referência ao Hino Constitucional (ou da Carta), escrito em 1821 por D. Pedro, enquanto o Hino de S. M. o Imperador, pode ser o Hino Novo Constitucional (da Amélia, ou de D. Pedro), ambos de D. Pedro I, segundo fontes mais antigas. Vide: JOSÉ VIEIRA PACHECO, A. J. V.; PINTO, R. M. Os hinos de D. Pedro I e Marcos Portugal: em busca de paradigmas. *Revista Música Hodie*, v. 13, n. 2, 22 jan. 2014, p. 136-167. Pacheco e Pinto se referem a estes hinos como merecendo “foros de ‘nacional’” (p. 137), só, que portuguesa e não brasileira, por suposto.

¹⁸ O anúncio das aberturas de *Artaxerxe* [Artaxerxès] (1762), ópera de Thomas Arne e *Tancredo* [Tancredi] (1813), de Gioachino Rossini é de 1828 (*DRJ*, n. 0300001, p. 2, 1º mar. 1828).

¹⁹ Na Europa os realejos e demais instrumentos mecânicos, encontram muita resistência por parte dos detentores de direitos autorais, principalmente de ópera. Como argumento na campanha contra as versões automáticas, consideravam os trechos inscritos nos cilindros como falsificações ruins da obra original. São antológicas as observações feitas por Tito Ricordi (um dos donos da editora italiana Casa Ricordi, editora das partituras de Verdi) no congresso internacional sobre copyright de 1858, em Bruxelas, para quem os músicos ambulantes acabavam por distorcer a música das novidades operísticas, prejudicando sua recepção (Szendy 2008; Simpson, 2016). Um comentário semelhante aparece em matéria transcrita de uma correspondência do Porto. O crítico comenta que a companhia lírica tinha repetido mais uma vez *O Trovador* e que a ópera deveria “retirar-se um pouquinho da cena”, pois “agrada ao ouvido, mas já está tão vista e revista, o realejo tem-se apoderado tanto dela, que o público já se enfastia. (*DRJ*, n. A00005, p. 3, 05 jan. 1878). http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/36970.

versões por diferentes autores, alguns ainda conhecidos, a exemplo do *Trovatore* de Verdi e o *Guarany* de Carlos Gomes.

O texto de *O Mercantil* discute a influência da música sobre o ânimo das pessoas, seja contribuindo para a meditação ou, sendo “voluptuosa, alegre, graciosa”, para os “prazeres mundanos”. Chega a invocar os incidentes em torno da consolidação do canto gregoriano a partir do canto romano antigo em contato com sua vertente francesa na época de Carlos Magno, bem como o papel de Palestrina no convencimento do Papa Marcelo para não banir a música do culto católico. Depois de criticar duramente a música sendo tocada durante o culto, o autor da matéria sugere ao Bispo do Rio de Janeiro (a quem o texto é dedicado) “proibir a admissão de organistas em qualquer igreja sem prévia informação dos mestres da Capela Imperial”.

Aqui vale reiterar o pequeno trecho que menciona o realejo, pois, entre outras coisas confirma que escravos de ganho costumavam “rodar” a manivela e que os instrumentos mecânicos eram tocados nos cosmoramas e teatrinhos de bonecos:

Observa-se em muitas Igrejas do Brasil **os realejos suprimindo os órgãos**; é um meio econômico na verdade, mas pouco decente; nada mais ridículo do que entrar num Templo, ver sair o padre para o altar e **ouvir o negro no coreto rodar o realejo**, que geralmente só contém destas árias populares que nenhum cabimento deveriam ter na casa do Senhor. Entra-se em dúvida se estamos na Igreja ou num **Cosmorama** ou **teatrinho de bonecos!**
[Destaque adicionado]. (*O Mercantil*, 27 abr. 1846, Ed. 00117, p. 3-4).²⁰

Outro aspecto para o qual a matéria de *O Mercantil* chama a atenção é o uso do realejo como substituto dos órgãos nas igrejas, em vez de manter um músico como mestre de capela... O DRJ traz vários anúncios que indicam sua adequação ao culto. Entre eles alguns “fingindo órgão”, ou “próprio para Igreja ou Capela”, por ter “toques próprios” ou por ser “toda a música sagrada”, todos anteriores a 1846, ano da publicação do artigo, indicando que existiam também cilindros de música sacra na época. O próprio verbete do Grove enfatiza o uso do realejo para cumprir função religiosa a partir da segunda metade do século XVIII, como substitutos de bandas de igrejas, instrumentos de má qualidade ou organistas incompetentes.²¹ Como amostra dos anúncios de realejo “próprio para Capela”, uma série publicada no DRJ entre setembro de 1834 e janeiro de 1835 (ver Quadro n. 3 abaixo), com as tentativas de venda de um “magnífico realejo inglês” pelo acréscimo de adjetivos tais como “superior”, “elegante”, “rico”, “com preço cômodo”, “de bom gosto”, “adequado para as festas natalinas”, em qualquer “Capela particular”, de “algum Sr. de engenho, fazendeiro, ou mesmo para alguma chácara” ou até mesmo “para mandar para a Costa d’África”.

²⁰ <http://memoria.bn.br/DocReader/228133/2403>

²¹ Durante o período de pico do realejo de igreja (c1760-1840), centenas deles foram fabricadas por mais de 130 fabricantes, principalmente em Londres. (Langwill e Ord-Hume 2001).

DRJ, n. 19, p. 2, 23 set. 1834	[...] magnífico realejo inglês, fingindo órgão, com três cilindros, quase novo, contendo registros de tambor, ferrinhos etc., próprio para qualquer Capela particular [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 4, p. 3, 04 out. 1834	[...] superior realejo inglês, imitando órgão, muito elegante, com três cilindros, boas peças, próprio para alguma Capela particular, de algum Sr. de engenho, fazendeiro, ou mesmo para alguma chácara , traste muito bonito, com seis registros, sendo dois de tambor, e ferrinhos [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 22, p. 2, 25 out. 1834	[...] elegante realejo inglês, quase novo, próprio para alguma capela particular, com seis registros [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 26, p. 2, 30 out. 1834	[...] um rico realejo para capela particular [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 16, p. 3, 20 nov. 1834	[...] um rico realejo inglês imitando órgão, com três cilindros, e seis registros, que pode ser tocado por qualquer pessoa, é uma peça muito bonita para qualquer Capela particular, e muito cômodo no preço [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 9, p. 3, 11 dez. 1834	[...] um superior realejo inglês, com três cilindros, e seis registros, em forma de órgão, tocando como realejo, próprio para alguma Capela particular que tenha o gosto de querer possuir uma peça magnífica [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 13, p. 2, 16 dez. 1834	[...] um magnífico realejo inglês, com três cilindros, e 30 peças diferentes, imitando órgão, próprio para alguma Capela particular, para tocar durante a Missa, sendo muito próprio agora para a festa [rua do Cano n. 40]
DRJ, n. 17, p. 3, 23 jan. 1835	[...] um magnífico realejo semelhante a um pequeno órgão, uma peça até própria para mandar para a Costa d'África [rua do Cano n. 40]

Quadro n. 3 – Realejo para culto religioso (destaque adicionado)

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

Outro uso dado aos realejos era para servir de música para dança seja em partidas de baile, seja nos teatros. Como exemplo uma matéria no *Correio das Modas, Jornal Critico e Litterario*: Das Modas, Bailes, Theatros, Etc. de 1839, comentando sobre um grupo de pessoas executando uma quadrilha francesa ao som da cachucha (!):

O som de um desentoado realejo não me deixou acabar de ouvir a questão [...]; e voltando a cabeça para ver donde vinha este desentoadamento que me cheirava a **Cosmorama**, vejo uma sala com muitas pessoas em pé prontas para dançarem. [...] Avançamos mais quatro passos, e encostando-nos na janela da casa, presenciemos uma revolução bailarina. Não havia, nem viola, nem rebeca, e nem piano; porém sim **um velho realejo que só tocava a Caxuxa** [cachucha]. [...] Com muito custo forma-se a contradança; e ao som da Caxuxa principiam a dançar uma quadrilha francesa. [Destaque adicionado]. (*Correio das Modas*, n. 24, p. 5, 15 jun. 1839).

Outra instância sobre locais de performance do realejo aparece no DRJ em 1866, com a nota sobre o uso do realejo no teatro da fábrica da Marinha Grande:

O realejo também invade a Marinha Grande. Como não havia à mão outro instrumento mais cômodo, entrou aquele no templo das artes [o teatro] e começou a produzir harmonias. / No palco alguns cavalheiros improvisaram a parodia do coro das cruces do Fausto, e **homens e senhoras dançaram ao som do realejo**. [Destaque adicionado]. (DRJ, n. 80, p. 1, 04 abr. 1866).

A seguir uma visão maior de conjunto com a série de menções ao realejo no DRJ.

De instrumento a metáfora

É possível perceber uma mudança nas referências ao realejo da primeira para a segunda fase de publicação do DRJ (1821-1858; 1860-1878). Nas cerca de três décadas da primeira fase do DRJ aparecem muitas ofertas de realejo, na maioria de três cilindros, mas progressivamente com um número maior deles (ver gráfico 1). Em termos de preço, apesar de não haver uma base estatística sobre o assunto, parece que o realejo vai sendo desvalorizado, como visto acima no quadro n. 1, havendo cada vez menos anúncios de sua venda após 1860. Nos dezoito anos de funcionamento do segunda fase de publicação do DRJ, rareiam os anúncios de compra e venda, enquanto começam a surgir o uso do termo de forma metafórica.

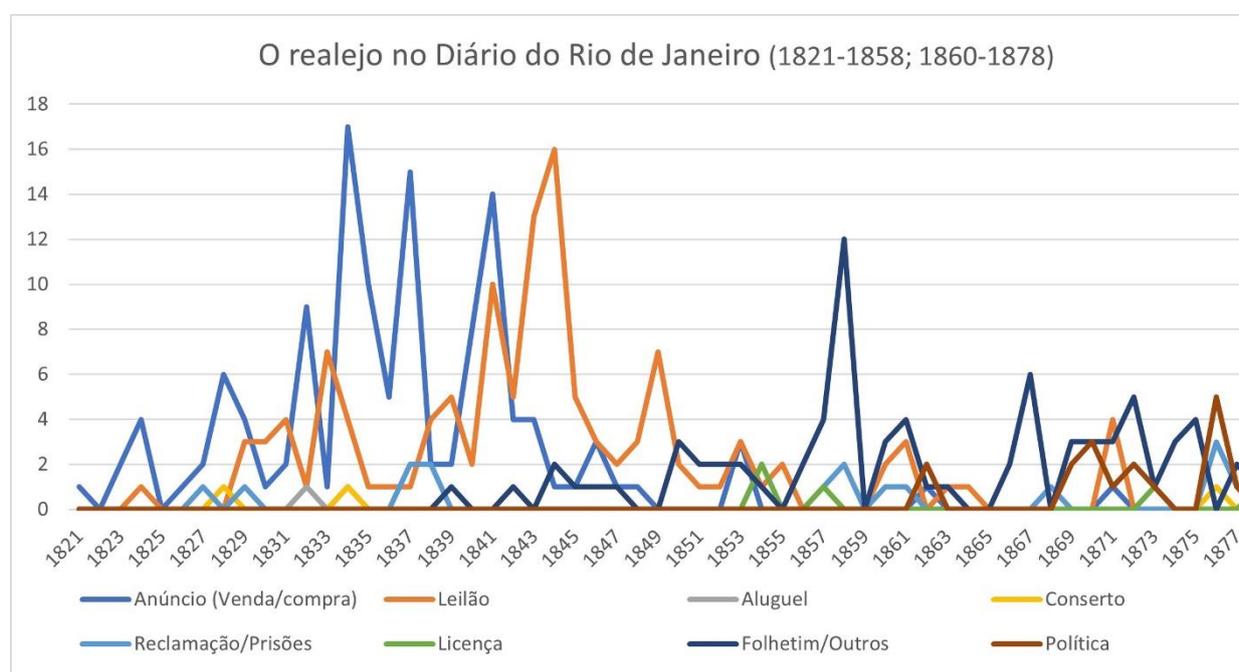


Gráfico 1 – O realejo no DRJ
Fonte: Elaboração pela autora.

No corpus de análise o realejo apareceu dissociado da compra e venda, em editoriais, “publicações a pedido”, na seção de variedades e nos folhetins de rodapé, seja enquanto personagem, seja enquanto um termo usando algum outro significado relacionado ao instrumento. Um dos textos foi escrito por José de Alencar, representante do romantismo literário no Brasil, e que atuou como editor gerente do DRJ entre 1855 e 1858. Em um folhetim de rodapé do tipo crônica social (“Folhas soltas”), intitulado “Conversa com os meus leitores” Alencar escreve sobre as muitas maneiras de conversar: as velhas contando histórias do seu tempo, como “uma espécie de calendário manuscrito”; os velhos disputando por serem vistos como o vinho do Porto (“quanto mais idade, mais branco ficam, e mais forte se torna o espírito”); os namorados conversando com os olhos; a moça elegante com seu espelho; os esposos se entendendo menos quanto

mais conversam; os políticos enganando uns aos outros; os diplomatas conversando para não dizer nada e, entre tantos outros, os homens de salão conversando como “relógios de repetição” ou “realejo de valsas”. (DRJ, n. 63, p. 1, 03 mar. 1856).²²

A noção de realejo como discurso repetitivo e sem novidades é usada também de forma política para criticar tanto periódicos quanto políticos. Os primeiros, são qualificados sempre de forma irônica, seja conclamando “os conscienciosos e ordeiros redatores daquele realejo da facção conservadora” ou se referindo a um periódico rival como “grande realejo”. Como exemplo desta tendência uma matéria criticando *O Constitucional: Jornal Político* (SP) - 1861 a 1863,²³ jornal oficial do Partido Conservador em São Paulo, em campanha contra Joaquim Roberto de Azevedo Marques, editor-proprietário do *Correio Paulistano*, de posição liberal, segundo Sodré (1999, p. 177), pelo fato de a Assembleia paulista ter aumentado a subvenção do *Correio* para publicar os trabalhos e expediente do governo.²⁴

INTERIOR – São Paulo. Subvenção tipográfica. – É inqualificável a sanha que o Constitucional, jornal que sucedeu à Lei, tem mostrado contra o editor e proprietário do Correio Paulistano, [...] podiam e deviam procurar indagar, antes de falar, os conscienciosos e ordeiros redatores daquele realejo da facção conservadora. (DRJ, n. 175, p. 2, 27 jun. 1862).²⁵

O segundo exemplo diz respeito aos periódicos mais consultados neste artigo, com o DRJ se referindo ao JdC como “grande realejo”, para sugerir que seu rival invertia a ordem das coisas, ridicularizando “a tudo e a todos”:

O MEU ARQUIVO / A pasta do Dr. Teiró [...] Se V. Ex. lesse o grande realejo lá encontraria na gazetilha de domingo passado invertida a ordem das cousas [...] essa folha de há muito tempo que se diverte com este povo [...] Despacha por sua conta e risco até as parteiras para bispo, ridiculariza a tudo e a todos; [...]. (DRJ, n. 242, p. 2, 05 jun. 1872).²⁶

Na crítica aos políticos o termo “realejo” aparece na transcrição de duas sessões de reuniões do Senado, onde os senadores ironizam a fala de dois ministros do Império.²⁷ Na primeira, em 11 de setembro de 1869, é relatada a discussão do orçamento, já ocorrida em 1º de setembro, quando um dos senadores se dirige ao Ministro do Império Visconde de Abaeté, para acusa-lo de não ter sido “muito feliz com o seu realejo” uma vez que ele (o senador) tinha apresentado novas “figuras” e “fatos”.²⁸ Em outra sessão, se referindo ao Ministro da Agricultura um senador comenta: “—Ele, que veio para aqui tocar realejo...

²² http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/42876

²³ Primeira edição de *O Constitucional*, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817155/1>.

²⁴ Ver edição 96 de 1862 de *O Constitucional*, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/817155/381>.

²⁵ DRJ, http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/15887.

²⁶ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/29201

²⁷ Esta metáfora política sobrevive em pleno 2010 em matéria assinada por Christian Klein no *Jornal do Brasil* (JB), quando comenta sobre os defeitos da democracia brasileira reais ou “exacerbados pela desinformação ou pela **repetição do realejo**: corrupção, clientelismo, fisiologismo, personalismo etc.” [Destaque adicionado.] (JB, 28 mar. 2010, ed. 354, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_13/5305, consulta em 13 nov. 2020.

²⁸ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/24875

(Hilaridade.)”; sendo complementado por outro: “—E brincar com bonecos.” Ou seja, os dois ministros teriam um discurso vazio de conteúdo, apenas repetindo o mesmo cenário anterior e sem novas propostas.²⁹ Em outra matéria um ano depois, uma pessoa assinando “Justus” comenta sobre o discurso de um deputado, usando o mesmo tipo de discurso:

PUBLICAÇÕES A PEDIDO. / [Sobre] O deputado Dr. Benjamin e seu discurso publicado a 9 do corrente. [...] Lamentamos do fundo d’alma que o Sr. Benjamin, à **semelhança de um realejo** que tem esgotado o condenado repertório de antigas peças, viesse reproduzir na ilustrada câmara, onde tem assento, aquilo mesmo que um milhão de vezes disse na sua imprensa da província e mandou transcrever nos jornais desta Corte, sem que ao menos nas suas divagações consagrasse o mérito da novidade. [Assina] Justus. [Destaque adicionado]. (DRJ, n. 223, p. 3, 14 ago. 1870).³⁰

Finalmente, quase ao final da série de referências ao realejo no DRJ, a comprovação de que a relação entre o realejo e a cachucha – ou caxuxa como aparece com mais frequência no Brasil – é bastante concreta, integrando o imaginário cotidiano dos periódicos oitocentistas. Trata-se de uma publicação a pedidos por um anônimo, indicado apenas com três asteriscos, intitulada “O jornalismo do Rio”, com o subtítulo: “Considerações sobre o jornalismo do Rio passado e presente, sujeitos ao tribunal da opinião pública”. A matéria publicada na edição 269, em 05 out. 1876, dá continuidade a uma polêmica irônica iniciada na ed. 260 do DRJ, em resposta a provocações publicadas na *Gazeta de Notícias* do dia 25 set. 1876, por “Um fluminense”, se estendendo até o n. 339, de 17 dez. do mesmo ano. O autor, “um jornalista fóssil” se dirige “aos jovens do jornalismo inteligente” comentando sobre a imprensa estabelecida carioca e a comparando justamente ao realejo, além de não deixar de fazer menção à cachucha! O velho jornalista faz menção à “monomania da época”, nas palavras de Bruno Martins (2016), responsável pela vida efêmera de tantos periódicos partidários de uma ou outra facção política. No texto, periódico parece ser representado pelo realejo que diz, se referindo ao JdC inicial:

Quando o **órgão**, cujos **canudos** ainda eu não tinha a honra e o proveito de soprar, apareceu às costas de Emilio Planchet [Emille-Seignot Plancher, filho de Pierre Plancher, o fundador do JdC], não passava de um pequenito **realejo de manivela**, executando a **cachucha** e o **miudinho**. [Destaque adicionado].³¹

A seguir comenta sobre a trajetória do DRJ, que sob a direção de Nicolau Lobo Viana deixou-se envolver pela política, permitindo que “a manteiga que untava as molas do único **órgão** de que se servia o comércio desta praça para seus interesses, [fosse] derretida no focinho dos caninos batalhões políticos do tempo.” A referência à manteiga é claramente uma alusão ao Diário e o velho jornalista lamenta que o periódico tenha deixado de ser apenas comercial, acrescentando que se os responsáveis pelo diário do vintém fossem ele, o Planchet “não transformaria o seu **realejo de manivela em órgão**

²⁹ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/25025

³⁰ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/26209

³¹ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/35072

de multiplicados canudos", ou seja, não se tornaria um realejo grande, não cresceria tanto. [Destaque adicionado] (DRJ, n. 269, p. 3, 05 out. 1876).

À guisa de conclusão

A pesquisa que começou apenas para procurar confirmar a hipótese de que a transmissão audível da cachucha pode ter sido feita através de sua execução repetida por realejos acabou encontrando muito mais do que o atendimento daquela meta. Podemos também afirmar que, no Rio de Janeiro, o realejo não tinha qualquer status, ainda mais por, provavelmente, ser executado por escravizados e depois imigrantes pobres. Ainda, o realejo, assim como no século XX o disco, podia substituir a música de determinadas funções, sejam religiosas, sejam profanas. Adicionalmente, após um período de alta demanda, nas décadas de 1830-40, o instrumento começa a rarear e passa a significar música ou discurso de repetição. Ou seja, o humilde mas sofisticado instrumento mecânico, que começou como uma novidade tecnológica em exibição em espaços públicos no Rio de Janeiro imperial na década de 1830, logo se espalha por casas, igrejas e ruas, chegando no final do século a ocupar um espaço simbólico, seja representando um discurso repetitivo noticiado nos periódicos, seja representando a própria imprensa (o grande realejo – como órgão de repetir as notícias).

Referências

- Abreu, Martha C. 1996. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. 1996. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280895>.
- _____. 1999. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp.
- Andrade, Ayres de. 1967. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo, 1808-1865: uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos*. [Rio de Janeiro]: Sala Cecília Meireles.
- Bittencourt-Sampaio, Sérgio. 2018. *Música: velhos temas, novas leituras*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- Ewbank, Thomas. 1856. *Life in Brazil, or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper & Brothers, Publishers.
- Langwill, Lyndesay G. and Arthur W.J.G. Ord-Hume. [2001] "Barrel organ". *Grove Music Online*. <https://doi.org/10.1093/gmo/9781561592630.article.02111>
- Llano, Samuel. 2017. "Street Music, Honour and Degeneration: The case of organilleros". *Writing Wrongdoing in Spain, 1800-1904*, edited by Samuel Llano, and Alison Sinclair, 197-216. Woodbridge: Tamesis.

- Picker, John M. 1999. "The Soundproof Study: Victorian Professionals, Work Space, and Urban Noise". *Victorian Studies*, [s. l.], v. 42, n. 3: 427-453.
- Simpson, Paul. 2017. "Sonic affects and the production of space: 'Music by handle' and the politics of street music in Victorian London". *Cultural Geographies*, 24(1): 89–109.
- Soares, Luiz Carlos. 1988 Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX, *Revista Brasileira de História* 16: 107-142.
- Sodré, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad.
- Szendy, Peter. 2008. *Listen: a history of our ears*. 72-76. New York: Fordham University Press.
- Tinhorão, José R. 2005. *Os sons que vêm da rua*. São Paulo: Ed. 34.
- Ulhôa, Martha and Luiz Costa-Lima Neto. 2013. "Memory, History and Cultural Encounters in the Atlantic – the Case of Lundu." *The World of Music* 2: 47-72.
- _____. 2015. "Cosmoramas, lundus e caxuxas no Rio de Janeiro (1821-1850)" *Revista Brasileira de Música*. 28, n. 1: 33-62.
<https://revistas.ufrj.br/index.php/rbm/article/view/29217>
- Ulhôa, M. 2020. "Lundus, Street Organs, Music Boxes, and the 'Cachucha': Early Nineteenth-Century Transatlantic Crossings between Europe and Rio de Janeiro". *Music Scenes and Migrations - Space and Transnationalism in Brazil, Portugal and the Atlantic*, edited by David Treece, 21-30. 1ed. London: Anthem Press.
- Zamith, Rosa Maria B. 2011. *A quadrilha: da partitura aos espaços festivos: música, dança e sociabilidade no Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro: E-papers.